

política



Repórter Brasília Edgar Lisboa

edgarlisboa@jornaldocomercio.com.br

Congresso corre contra o tempo

ROQUE DE SÁ/AGÊNCIA SENADO/JC



Com o calendário eleitoral já no horizonte, Câmara e Senado entram na semana após o Carnaval com uma agenda mais curta e pragmática. A tendência é que o Congresso concentre esforços no primeiro semestre em projetos de impacto econômico direto e em propostas com maior possibilidade de consenso político. Matérias estruturais ou de alto desgaste devem ficar para depois das urnas.

Reforma do Imposto de Renda

Entre os temas mais sensíveis está a reforma do Imposto de Renda, considerada prioridade pelo governo federal. A proposta prevê atualização da tabela para pessoas físicas, com ampliação da faixa de isenção, além de ajustes na tributação de empresas e dividendos. O texto ainda enfrenta negociações sobre compensações fiscais para estados e municípios, mas lideranças governistas e parte do centro defendem a votação antes do receso eleitoral.

Regulamentação da reforma tributária

Outro eixo central é a regulamentação final da reforma tributária. Após a aprovação da emenda constitucional, o Congresso ainda precisa concluir leis complementares que detalham o funcionamento do novo modelo de impostos sobre consumo, incluindo a estrutura do IVA dual (CBS e IBS), o comitê gestor e os fundos de compensação para entes federativos. Sem essas regras, a transição do novo sistema fica comprometida. Há pressão de governadores e do setor produtivo para que ao menos os principais pontos sejam definidos até meados do ano.

Lei de Diretrizes Orçamentárias

Na área fiscal, a votação da Lei de Diretrizes Orçamentária e eventuais ajustes no arcabouço fiscal também devem mobilizar o Parlamento. O objetivo é garantir previsibilidade ao Orçamento de 2027 e evitar incertezas em um período de troca de governo. O tema costuma avançar antes das eleições para não travar a máquina pública.

Segurança Pública

Projetos ligados à segurança pública aparecem como pauta de forte apelo político. Propostas de endurecimento contra facções criminosas, integração de dados entre forças de segurança e mudanças no sistema penitenciário têm apoio em diferentes bancadas e podem avançar em regime de urgência.

Empreendedor Individual

No campo econômico, seguem em discussão iniciativas como a atualização das regras do microempreendedor individual (MEI), eventuais ajustes na desoneração da folha de pagamento e propostas voltadas ao crédito e à reindustrialização. Já temas mais polêmicos, como mudanças profundas na jornada de trabalho ou reforma administrativa ampla, devem ser adiados para o pós-eleição.

Maioria do eleitorado

Entrevista Especial

Marcus Meneghetti
marcusv@jcrs.com.br

O diretor político da Futura Inteligência, José Luiz Orrico, afirma que as pesquisas conduzidas pelo instituto de pesquisa da Apex Partners indicam que a maioria do eleitorado brasileiro quer um candidato à presidência da República da terceira via na eleição de 2026. Ou seja, grande parte dos eleitores não quer votar nem em Flávio Bolsonaro (PL), o possível candidato da direita, nem no presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT), o provável candidato da esquerda.

Tudo é uma questão de viabilidade eleitoral. Na avaliação de Orrico, um candidato da terceira via viável deverá ter cerca de 20% de intenção de votos em setembro. “Se o eleitor enxergar alguém com potencial de representar a terceira via, ele pode ir com esse candidato. Se essa possibilidade apresentar viabilidade eleitoral, vai para o segundo turno e ganha a eleição”, projeta o diretor da Futura.

Na avaliação do diretor do instituto, um dos principais desafios desse campo político é a unificação das candidaturas. Hoje, há pelo menos quatro nomes dispostos a representar uma candidatura de centro: o governador do Rio Grande Sul, Eduardo Leite (PSD); o governador do Paraná, Ratinho Júnior (PSD); o governador de Goiás, Ronaldo Caiado (PSD); e o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo). O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), também é cotado.

Nesta entrevista ao **Jornal do Comércio**, José Luiz Orrico também menciona a economia e a segurança pública como alguns dos principais temas nas eleições deste ano. Ele ainda avalia que, caso a polarização política se mantenha na corrida presidencial, a candidatura de Flávio Bolsonaro pode representar um cenário com maior chance de reeleição para Lula.

Jornal do Comércio - Na última pesquisa da Futura/Apex, o presidente Lula (PT) e o senador Flávio Bolsonaro (PL) aparecem empatados no primeiro turno com algo em torno de 35% das intenções de voto. Como enxerga as articulações?

José Luiz Orrico - Nesse momento, o eleitor não está ativado, não está pensando na eleição. Então, quando chega o pesquisador e pergunta em quem o cidadão vai votar, é natural que ele escolha o mais conhecido. E, na eleição presidencial, temos dois candidatos conhecidos: o Lula e o Flávio Bolsonaro, que é conhecido por causa do nome, e não por causa dele mesmo. Ele cresceu nas pesquisas por causa do sobrenome do pai dele.

JC - Enquanto o eleitorado não estiver pensando nas eleições, outros nomes tendem a não aparecer...

Orrico - Nesse momento, é natural que os outros candidatos não apareçam. Isso vai ocorrer durante a campanha, porque o eleitor só passa a ficar ativado quando a propaganda na televisão vai ao ar. E mais: muita gente só passa a pensar nas eleições nos últimos dez ou 15 dias de campanha. Então, se você tem uma eleição polarizada, como aconteceu em 2022 com o Lula e o Jair Bolsonaro, você acaba escolhendo um dos dois. Mas, se você tem um cenário como o da eleição municipal em São Paulo em 2024, com três candidatos viáveis (Ricardo Nunes, MDB; Guilherme Boulos, PSOL; e Pablo Marçal, PRTB), uma terceira via pode se concretizar.

JC - Pelo que o senhor vê no cenário nacional hoje, há uma tendência de repetição da polarização da última eleição, ou uma terceira via pode ser viável?

Orrico - O cenário está caminhando para uma polarização. Mas um pedaço bastante razoável do eleitorado está procurando um terceiro candidato. Se um candidato da terceira via chegar no início

de setembro com viabilidade, a polarização pode ser quebrada. E o que eu considero viável? O candidato da terceira via deve ter em torno de 20% da intenção de voto perto das eleições.

JC - O candidato da terceira via precisa ter chance real de se eleger...

Orrico - Então, se ele estiver a cinco ou seis pontos percentuais do segundo colocado nas pesquisas no início de setembro, o eleitor vai olhar para ele com mais atenção, porque a maior parte do eleitorado brasileiro quer um candidato novo. Tem os que querem o Lula, tem os que querem Bolsonaro, mas a maior parte não quer nenhum dos dois. E aí, quando a eleição se polariza em dois candidatos, o cidadão passa a escolher não o candidato que ele quer ver na Presidência, mas o que ele não quer ver na Presidência. Ou seja, ele vota no adversário daquele que ele rejeita mais. Por exemplo: se eu não quero mais o Lula, eu voto no Flávio; se eu não quero o Flávio, eu voto no Lula. Foi o que aconteceu em 2022.

JC - Os candidatos da terceira via não decolaram naquela eleição...

Orrico - Quando começou o processo eleitoral, existiam dois candidatos da terceira via: o Ciro Gomes (então, PDT; hoje PSDB) e a Simone Tebet (MDB). Na terceira semana de agosto, os dois tinham mais de 20% dos votos somados, segundo as pesquisas de intenção de voto. A eleição foi acontecendo e nenhum dos dois descolou. Eles ficaram ali, meio que embolados. E o que aconteceu? Ao fim do primeiro turno, eles não somaram 10% dos votos (os dois totalizaram 7,2% dos votos). Eles perderam votos, porque as pessoas não vi-



“Se um candidato da terceira via chegar no início de setembro com viabilidade, a polarização pode ser quebrada”